

## A polêmica do IPTU

Como os leitores devem saber, o Brasil é o campeão mundial da injustiça social. Nenhum país Do mundo existe tamanha concentração de renda e patrimônio e tão grande distância entre ricos e pobres. Não é por acaso que a criminalidade está crescendo, atingindo níveis assustadoramente alarmantes. Os índices de roubos, assaltos, seqüestros e assassinatos sobem de forma dramática a cada ano. Em são Paulo são cometidos 12000 assassinatos por ano! Em Santiago do Chile são 15 e em Nova York são 880. O homicídio é a maior causa da morte de jovens no Brasil. É muito difícil encontrar alguém que não tenha sido atingido por alguma forma de violência, considerando que a maioria foi vitimada por diversas vezes.

Por outro lado, como outra face da mesma moeda, os indicadores sociais são terríveis. Existem 50 milhões de pobres e miseráveis no país. Cento e oitenta mil crianças abaixo de 5 anos morrem anualmente por razões absolutamente evitáveis (falta de nutrição e cuidados básicos de saúde). É o equivalente a 50 vezes o número de vítimas do World Trade Center. Três milhões de crianças estão trabalhando precocemente. Apenas 28% das crianças matriculadas no primeiro grau atingem o segundo grau. A maioria dos restantes, 72%, engrossam o contingente dos analfabetos funcionais.

Diante deste quadro dramático de desigualdade e de deterioração social, será que existe uma perspectiva de melhora? Certamente podemos reverter este quadro se houver uma nova consciência e atitudes por parte do estado e da sociedade. Os países mais avançados, de longa tradição democrática, desenvolveram suas nações atribuindo ao estado como principal missão a construção de uma sociedade socialmente justa, que ofereça oportunidades e condições de vida digna a todos os cidadãos. Estas sociedades perceberam que o bem-estar de todos beneficiava toda a sociedade, propiciando a prosperidade e a paz social. Neste sentido procuravam dotar o estado de recursos para desempenhar suas atividades e estabeleceram mecanismos de participação e controle para assegurar que os objetivos fossem alcançados de maneira satisfatória. Estes recursos, sob forma de impostos, tinham a justiça e a solidariedade como pressupostos. Seriam

arrecadados daqueles com maiores recursos e portanto em melhores condições de pagá-los e destinados aos mais desamparados.

No Brasil, parece que nos conformamos com o destino do país símbolo da injustiça social, pobreza e violência. Pouco a pouco desistimos de acreditar que o estado possa cumprir o seu papel (como acontece nos países mais adiantados), adotando posturas defensivas e conservadoras. Deixamos o estado se empobrecer, ser sucateado e dilapidado, deteriorando sua estrutura e seus serviços. As camadas sociais de maior renda desistiram de apoiar a construção de um estado competente e promotor da justiça social e buscaram refúgio nos serviços privados. Passaram a utilizar exclusivamente os serviços privados de saúde, educação, transporte e segurança. Os serviços públicos, deteriorados e de baixa qualidade, sobraram para a população de baixa renda. Desta forma, estamos condenados a assistir ao aprofundamento da injustiça social. Filhos de famílias de baixa renda, assistidos por serviços públicos de saúde e educação de péssima qualidade, terão muito menos chance de auferir renda do que os filhos das famílias mais ricas que recebem estes mesmos serviços de forma privada e mais qualificada. A distância entre ricos e pobres só tende a crescer, o que de fato continua acontecendo.

A discussão sobre o IPTU na cidade de São Paulo oferece uma grande oportunidade para que a sociedade e especialmente a elite paulistana reflita sobre sua responsabilidade em relação à comunidade e às futuras gerações. A cidade, deteriorada por 2 últimas administrações predatórias, precisa ser reconstruída e cuidar de suas imensas carências. A proposta da prefeitura procura, pelos princípios da progressividade, recolher recursos das pessoas que podem contribuir para melhorar a vida da população mais carente. Precisa ser encarada de forma responsável, principalmente por aqueles que têm poder e riquezas. Ao invés de se opor de forma radical à proposta da prefeitura como fazem alguns, por interesses legítimos, eleitorais ou corporativos, lideranças sociais e empresariais deveriam discuti-la de forma racional e conscienciosa e eventualmente propor aperfeiçoamentos (nenhuma proposta é perfeita). Mas tendo sempre os seguintes princípios :

- Recursos são fundamentais para oferecer serviços de qualidade (os empresários sabem muito bem disto);

- Maior justiça social depende da vontade política da elite econômica, social e política de canalizar recursos das camadas mais abastadas para beneficiar a população pobre e carente.

Aprovada a proposta da prefeitura, a sociedade precisa cobrar resultados e promessas. Para aqueles que acreditam na democracia, esta é a única forma de construir uma sociedade mais próspera, pacífica, digna, solidária e socialmente justa. Para o bem de São Paulo e do Brasil, que a consciência e a razão iluminem nossas elites!

**Oded Grajew** é diretor-presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.